

RELATO DE EXPERIÊNCIA NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: EDUCAÇÃO CIENTÍFICA CRÍTICA E O PAPEL DA FORMAÇÃO DOCENTE

Alan dos Santos Souza¹

PALAVRAS-CHAVE: Educação científica, relações étnico-raciais, formação docente

Introdução

Este trabalho foi um recorte da pesquisa realizada durante o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, na Universidade do Estado da Bahia-UNEB, no campus II, Alagoinhas. O relato dessa experiência teve início no segundo semestre de 2017, quando iniciei os primeiros estudos sobre as relações étnico raciais na condição de aluno especial deste programa e concomitantemente desenvolvia atividades de orientação na função de supervisor do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. Este programa vincula-se com meu objeto de pesquisa, assim o descreverei brevemente. O PIBID possui diversas diretrizes entre elas estão a ampliação da parceria entre universidades e escolas públicas; estabelecer ações direcionadas a melhoria da formação de professores da Educação Básica. E na cidade de Catu (local da pesquisa), por meio do vínculo entre o Instituto Federal Baiano (curso de licenciatura em química) e o Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Ribeiro Pessoa – CEEP-PRP, diversas ações foram desenvolvidas pelo programa. Destaco os encontros periódicos entre bolsistas e orientadores, onde discutimos sobre o ensino das Ciências, as práticas pedagógicas e métodos científicos.

Em tempo que no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, frequentava a disciplina Linguagens na sala de aula, ministrada pelas docentes Maria Nazaré Lima e Lícia Maria Lima Barbosa. Nesta disciplina realizamos diversos estudos e debates sobre as teorias linguísticas e abordagens inter/transdisciplinares contemporâneas, com foco nos aspectos identitários - raça-gênero, sexualidades aplicadas à educação e cultura. De forma que assim passei a conhecer a linguística aplicada e a transculturalidade, o papel das linguagens na educação e no letramento intercultural. Além das problematizações em torno das linguagens, dos aspectos discursivos, éticos e ideológicos. Ainda nesta disciplina realizamos discussões e debates orientados baseados nos textos de Elisa Larkin Nascimento (2003), Lilia Schwarcz (1993), Walter Mignolo (2008), Maria Nazaré Mota de Lima (2015), Lícia Maria Lima Barbosa (2013). Esse conjunto de ações

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Endereço eletrônico: alansouza007@yahoo.com.br
Orientadora: Prof^a. Dr. Lícia Maria Lima Barbosa.

favoreceram o despertar de minha consciência negra² e assim reconheci a magnitude que a educação representa para a demanda cultural; reconheci a potência que a escola pode ser para a políticas de igualdade racial e despertei para confrontar que na vivência do PIBID nunca discutimos essas questões. Em especial, reconheci que o professor (futuro professor, bolsista do PIBID) necessita de formação orientada para lidar com as tensões produzidas ao tratar das questões étnico raciais.

Acrescenta-se que o ensino de fenômenos, fatos e suas interpretações desvinculadas de seus aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais não permitem que a proposta educacional seja atingida. As possíveis relações sobre os sentidos, significados e fatores intralinguísticos caracterizam possibilidades de investigações a serem seguidas, inclusive as interpretativas sobre os conceitos raciais.

Assim com o foco de discutir sobre as relações étnico raciais futuramente como os bolsistas do PIBID, realizei minha primeira abordagem docente, de uma forma ainda experimental no segundo semestre de 2017, sobre as relações étnico raciais com alunos do ensino médio profissionalizante, no CEEP-PRP. A seguir descreverei as atividades realizadas e dados da pesquisa que denominei de “primeira experiência”.

Materiais e Métodos

O público alvo dessa investigação foram duas turmas do curso de Logística da modalidade SUBSEQUENTE, 45 alunos participaram do estudo, destes apenas 3 são do sexo masculino. Além da proposta pedagógica (que detalharei a seguir) a escolha direcionada a essas duas turmas deu-se pelo fato que estes jovens já haviam concluído o ensino médio e estavam em busca de outras condições de acesso ao mercado de trabalho ou ingresso na educação superior, a minoria destes já estavam cursando o ensino superior por meio dos programas Financiamento Estudantil – FIES e o Programa Universidade para Todos - PROUNI.

De forma que em Novembro de 2017, com as discussões e propostas pedagógicas da unidade escolar relativas ao dia da Consciência Negra (20 de novembro foi a data estabelecida pelo projeto lei número 10.639, em homenagem a resistência e lutas de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares) realizei nestas duas turmas discussões sobre: a presença do racismo no Brasil e na escola; do vínculo entre as diferenças raciais e as desigualdades sociais (foi apresentado os dados estatísticos do documento Indicadores da Qualidade Na Educação: Relações Raciais Na Escola, CARREIRA, 2013, anexo II); cotas raciais e quais são os programas e políticas públicas direcionadas ao ingresso de jovens negros nas universidades.

² Segundo Fanon, o conceito de consciência negra está relacionado com a liberdade do homem, liberdade da raça ou da cor, interpelando o que lhe é pré-concebido ou anunciado sem reflexão. “[...] Sempre em termos de consciência, a consciência negra é imanente a si própria. Não sou uma potencialidade de algo, sou plenamente o que sou. Não tenho de recorrer ao universal [...]”. (2008, p. 122). Neste sentido, anterior a este estudo, considero que assumi, sem reflexões, posturas impostas pela educação etnocêntrica.

A prática pedagógica deu-se por meio de debates em 10 aulas, em 5 momentos, cada momento teve

duração de 50min. Ao final desta etapa as turmas foram convidadas a participarem da exposição da Semana de Consciência Negra, atividade proposta pela secretaria de educação e cultura do município de Catu, realizada na Casa da Cultura, onde houve no dia 23 de novembro de 2017, a apresentação do grupo feminista Crespos e Cacheados. A palestra realiza pela jovem Zaine, fundadora do grupo, abordou a origem e as atividades desenvolvidas pelo grupo, como fortalecer a identidade racial pela relação da autoestima dos negros, em especial da mulher negra. A abordagem desta palestra enfatizou a aceitação do cabelo natural (relacionado com a identidade racial) em contraposição a imposição de padrões de beleza estabelecido pela ideologia eurocentrista.

A pesquisa orientada aos discentes teve caráter avaliativo em dois tempos: no primeiro solicitei um memorial dissertativo sobre o que foi abordado na palestra do grupo Crespos e Cacheados; no segundo tempo, uma pesquisa conceitual sobre a origem do termo “raça”; cotas raciais; racismo institucional; e solicitei a postura pessoal sobre as cotas raciais na educação.

Resultados

Após as discussões e atividades mencionadas anteriormente apresento a transcrição a respeito da posição sobre as cotas raciais na educação, de sete alunos, nomeados simbolicamente com as letras maiúsculas do nosso alfabeto. Estes sete relatos são de um total de quarenta e cinco, sendo que destes vinte e nove foram contrários a política e aplicação das cotas raciais, representando assim 64% do total.

Aluno(a) A: *“Vejo como uma forma de preconceito, pois parece inferiorizar quem é negro, as vezes até desmotivar. Sou contra, pois aumenta a discriminação. Pois todos nos temos capacidade suficiente para ingressar em uma universidade, e não há razão alguma para criar cotas, ao não ser o racismo propriamente dito, a cor da pele interfere no quociente de inteligência? Tenho certeza que não. Então os negros não são melhores nem piores, eles tem der iguais, respeitados.*

Aluno(a) B: *“Na minha opinião acredito que não deveria ter esse tipo, não seria necessário pelo simples fato de sermos iguais perante Deus, mas todavia, como surgiram leis para tudo e com de fato tem lei para esse tipo de situação não discrimino. Respeito.*

Aluno(a) C: *“A lei foi aprovada em 2012 essa medida foi importante para mostrar que há uma preocupação sobre a intensa desigualdade no país. No meu ponto de vista como cidadã não concordo com as cotas, pois na constituição brasileira todos temos direitos iguais independente da raça ou cor. Na maioria das faculdades tem mais pessoas da cor branca e com condições financeiras estável, deveria está distribuído*

as vagas 50% brancas e 50% negros.”

Aluno(a) D: *“Somos todos capaz de aprender e obter conhecimento, inovar, realizar sonhos. Obter metas com eficiência, mas o governo vê o negro sem capacidade de aprender por sua cor ou origem e daí surge “cotas para negro na universidade”. Negro não é inferior ao branco, negro é inteligente e esforçado e igual e com mesmo direito ao qualquer outra pessoa.”*

Aluno(a) E: *“Na minha opinião o racismo começa aí. Se as pessoas dizem que todos são iguais, querem direitos iguais por que as pessoas afrodescendentes tem esse direito e os demais não? Mais ao contrário do que se pensa não é racismo com os brancos, mas sim racismo com os próprios afrodescendentes, uma vez que as cotas impõe uma diferença entre essa pessoa, o que não era para acontecer, já que, todos são iguais. Além disso, nem todo afrodescendente nasce pobre e nem todo branco nasce rico. Acho que está na hora de repensar, e analisar porque essas pessoas beneficiadas com esse sistema tem esse privilégio. Qualquer pessoa afrodescendente também tem que estudar do mesmo jeito que os demais para passar num vestibular.”*

Aluno(a) F: *“Inicialmente é necessário entendermos a gênese da ideia de raça, base de pensamento racista, e de onde se originou a ideologia de superioridade e inferioridade racial. Na concepção de Quijano(2000), o origem está no nascimento da América e no surgimento do capitalismo colonial/moderno e eurocentralizado com um novo padrão de poder mundial. Sou contra as cotas raciais, porque na minha opinião geramos preconceitos e diferença entre os indivíduos.”*

Aluno(a) G: *“Esse sistema de cotas é uma necessidade atual, por ter uma sociedade racista e preconceituosa. Mas percorrendo por esse caminho não vai diminuir o racismo, o que realmente precisamos é investir na educação básica de qualidade. O que poderia nos proporcionar uma igualdade entre todos, sendo assim as cotas deveriam ser sócias para ajudar a todas as pessoas pobres sem acepção de pessoas, seja ela branca ou negra. A solução está em nós mesmo, temos que respeitar as pessoas sem olhar cor, raça ou tipo de beleza.”*

Considerações Parciais

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são parte de um conjunto de ações afirmativas instituídas pelo governo Lula. Assim com objetivo de corrigir as injustiças sociais e combater as discriminações por meio da educação e participação democrática, este importante documento (sancionado em março de 2003) atendeu as

demandas de grupos excluídos da sociedade. Um importante avanço neste foi afirmar que o Estado brasileiro agiu diretamente para excluir e impedir o acesso de brasileiros a escola. “O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje” (BRASIL,2004).

De forma que o documento explicita exemplos dos impedimentos mencionados e defende que mesmo após a promulgação da constituição de 1988, (na busca de efetivar a condição de Estado democrático de direito, baseado na cidadania e na dignidade da pessoa humana) ainda persiste a realidade das posturas preconceituosas, racistas a que os afrodescendentes estão submetidos.

[...]pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação. (BRASIL, 2004, pág. 7)

Essa postura desmistifica a democracia racial e abre-se para o reconhecimento, a reparação, e o combate as práticas perniciosas que perduram. Nessa perspectiva as diretrizes foram aprovadas junto a Lei nº 10.639/03 (que alterou a LDB) a qual tornou obrigatório o ensino da História da África e dos Africanos no ensino fundamental e médio. Ainda em março de 2003 instituiu a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.

Estas ações visam o combate da discriminação, do racismo e promoção de oportunidades foram feitas realizadas com o engajamento das esferas públicas e privadas o que ressalta a importância da gestão com a participação democrática. O que na prática resultou numa consulta individual de aproximadamente mil pessoas (Movimentos Negro, militantes, Conselhos de Educação, professores, pais) que responderam sobre os problemas, dificuldades, dúvidas sobre as relações étnico-raciais e ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros. O resultado desse dialogo democrático assim representa para a população afrodescendente uma resposta destinada ao sistema de educação (administradores, mantenedores, professores, pedagogos, avaliadores) incluem as famílias e a todos os cidadãos comprometidos com uma sociedade justa, que respeita a diversidade, que buscam combater o racismo e desigualdades que atingem diretamente os negros.

Especificamente sobre a educação das relações étnico-raciais as diretrizes claramente definem conceitos e temas essências e articulam os de forma pedagógica, cultural, política, educacional. Possibilitando a negros e brancos a reeducação entre si, designando está reeducação como relações étnico raciais. Outra abordagem básica de tamanha importância é o conceito de raça:

É importante destacar que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. (BRASIL, 2004, pág.13)

O documento explicita como o termo “raça” foi utilizado pelas elites dominantes para determinar a posição social e como o Movimento Negro ressignificou o termo. Desenvolve um raciocínio progressivo que permite ao leitor (mesmo que iniciante no tema) reconhecer como no Brasil ainda persiste a valorização do padrão europeu (da branca) em detrimento das outras raízes.

Considerando todas as dimensões (inclusive histórica) e impactos apresentados brevemente sobre as DCN's para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana evidenciei neste documento temas basilares de forma que este documento contribui de uma forma progressiva e pedagógica para se tratar as questões étnico raciais no ensino médio, a exemplo das construções e teorias raciais sucintamente mencionados.

Na época, buscava ampliar o levantamento de teóricos do letramento crítico, a exemplo de Pennycook e Moita Lopes que possibilitassem visibilizar as relações étnico raciais.

É possível afirmar que a escola tem relação intrínseca com a formação das identidades dos alunos, e dos alunos e professores. Pensando no papel do professor, esse tem o papel maior de educar cidadãos, ou seja, formar cidadãos conscientes para estes vivam e interajam na sociedade com uma postura de questionamento (PENNYCOOK, 1994; MOITA LOPES, 2002).

Teóricos que contribuem para desestruturar a hierarquia dominante por meio do letramento crítico, que questionem as relações de poder existentes e fortaleçam na formação de indivíduos politizados os questionamentos para a transformação social.

O trabalho carece de discussão fundamentada para analisar os relatos dos estudantes (são apresentados argumentos contraditórios impregnados no racismo estruturante, que aqui não foram explorados³) contudo, contribuiu para a educação científica crítica pois possibilitou a participação política dos estudantes, a partir das suas compreensões a respeito da vida em sociedade.

A partir da descrição desta vivência que relata a aquisição de uma nova consciência, “consciência negra” desvela-se expectativas e possibilidades para a educação, em especial para reeducação de negros e brancos. O relato da “primeira experiência” é uma tentativa que objetivou realizar discussões e debates semelhantes aos vivenciados na disciplina Linguagem em sala de aula e revela a dimensão que a formação continuada teve sobre minha prática docente.

³ Cabe ao educador entender a sistemática de representações existentes sobre o negro na sociedade e evidenciar as representações positivas, (uma das reivindicações dos movimentos negros). Exploro e amplio essas discussões em Souza (2020).

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004a.

_____. Resolução CNE/CP 1/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004b.

Disponível em: www.mec.gov.br/cne Acesso em: 02 set. 2018.

CAVALLEIRO, Eliane. DO SILÊNCIO DO LAR AO SILÊNCIO ESCOLAR: RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. São Paulo: Contexto, 2000.

CARREIRA, Denise. INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA/ Denise Carreira, Ana Lúcia Silva Souza. - São Paulo: Ação Educativa, 2013.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA ESCOLA: O PAPEL DAS LINGUAGENS. 1. ed. Salvador: EDUNEB, 2015. 134 p. v. 1.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Identidades fragmentadas: a construção de raça, gênero e sexualidade na sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O SORTILÉGIO DA COR - IDENTIDADE, RAÇA E GÊNERO NO BRASIL. São Paulo: Selo Negro, 2003.

PENNYCOOK, Alastair. A Linguística Aplicada nos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, M. C. Linguística Aplicada e transdisciplinariedade. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O ESPETÁCULO DAS RAÇAS: CIENTISTAS, INSTITUIÇÕES E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL. (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Alan dos Santos. Ensino de ciências e as relações étnico-raciais: análise da formação de licenciados (as) do PIBID e do Curso de Química no IF Baiano – Alagoinhas, 2020. 147f.il.